

Cabral divulga hoje os pareceres sobre as propostas de emendas

Moreira Mariz



O deputado Bernardo Cabral

Da Sucursal de Brasília

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, divulga hoje até a meia-noite seu parecer sobre 2.023 propostas de emendas ao projeto da Comissão de Sistematização. Ele não poderá apresentar um texto alternativo (substitutivo) com a incorporação das emendas que julgar convenientes. Seu trabalho restringe-se a dar um "parecer técnico" às emendas coletivas e individuais.

Pelo novo regimento do Congresso constituinte, Cabral perdeu a maior



parte de seu poder. Um acordo tácito entre os coordenadores do Centrão e as lideranças do PMDB foi responsável por esse esvaziamento.

Ao anunciar ontem que "tem" de acatar propostas coletivas contraditórias, como a que defende o presidencialismo e a que mantém o parlamentarismo, Cabral admite o esvaziamento de seu poder. Mesmo se o parecer a uma das emendas coletivas for contrário, ela será posta em votação com preferência sobre as emendas individuais.

Tentando preservar um mínimo de influência, Cabral fará comentários, recomendando, por exemplo, o parlamentarismo. Na verdade, ele poderia ser contra o presidencialismo.

Projeto do Centrão cria problemas orçamentários para União, diz Serra

Da Reportagem Local

O substitutivo do Centrão ao projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização pode incentivar uma indústria de criação de novos Estados. Segundo o deputado José Serra (PMDB-SP), a supressão do artigo das Disposições Transitórias que proibia que a União assumisse dívidas de Estados e municípios em caso de desmembramento deve dar nova força à divisão de Estados como forma de saneamento financeiro: "Por esta redação, se o Vale do Ribeira se transformar em Estado, São Paulo vai transferir para a União uma dívida de sete bilhões e meio de dólares e todos os funcionários inativos", disse Serra.

Existem tramitando no Congresso constituinte emendas propondo a criação de mais sete Estados, além dos atuais. Se essas emendas forem aprovadas, a situação da União vai se tornar praticamente inadministrável, na opinião de Serra.

Não é esse o único problema que a União pode ter com o projeto do Centrão, no capítulo tributário. Outro problema é que, pelo projeto, a União deve ter uma perda de receita sem a concomitante transferência de encargos. Para Serra, a situação só vai ser resolvida com a aprovação de uma emenda que obriga o governo federal a apresentar num prazo de seis meses a contar da promulgação da nova Constituição um plano pra transferência de encargos que deve ser concluído em cinco anos.

Espirito mantido

Apesar desses riscos, Serra acredita que a parte relativa à tributação e orçamento foi uma das que menos modificações vem sofrendo: "O projeto do Centrão manteve o espírito do texto da Comissão de Sistematização, que por sua vez é praticamente o mesmo da Comissão de Orçamento, Tributação e Finanças".

Para Serra, as mudanças apresentadas pelo Centrão se concentram principalmente na concessão de algumas isenções fiscais e "paradoxalmente" numa maior transferência



O deputado José Serra (PMDB-SP) dá entrevista em seu escritório, no Itaim

de receitas para Estados e municípios com a inclusão de um adicional de 1% do IPI para municípios portuários nas transferências da União.

Com relação às emendas apresentadas para os capítulos, Serra não acredita que devam haver modificações importantes. Entre as que têm mais força, Serra aponta uma emenda transferindo de volta para a União o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, por pressão do

DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), e outra que dá imunidade tributária para empresas de previdência privada, o que para o deputado seria "um caminho para a sonegação".

José Serra apresentou algumas emendas para a atual fase de discussão. A principal delas obriga a União a rever anualmente todos os incentivos e subsídios que concede, para dificultar esta prática.

PFL orienta voto para sua bancada

Da Sucursal de Brasília

A bancada do PFL no Congresso constituinte vai receber a recomendação da Executiva Nacional do partido para não apoiar a proposta de estabilidade no emprego aprovada pela Comissão de Sistematização.

A partir das emendas apresentadas pelos pefelistas, a Executiva divulgou ontem um documento, com oito páginas, onde recomenda o voto para determinados assuntos. Abaixo alguns deles:

Estabilidade — "Deve refletir a justiça social, equilibrada nas relações salário-justo-vida digna, de um lado, e produtividade-qualificação profissional, de outro".

Organização sindical — É livre o direito de livre associação e o pluralismo de representação.

Previdência — O dinheiro da Previdência deve ser administrado pelos seus contribuintes, sob a tutela do Estado.

Educação — É responsabilidade do

Estado.

Papel do Estado na economia — O Estado deve limitar a sua atuação à oferta dos serviços básicos e participação em setores produtivos, cuidadosamente selecionados e articulados com o desenvolvimento nacional.

O documento não trata do sistema de governo nem da duração do mandato do presidente José Sarney. O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), defendeu a agilização dos trabalhos constituintes.